



Carta-compromisso

Com a Educação

CARTA COMPROMISSO DA 8ª CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DA APP-SINDICATO Por uma educação humanizadora

*Não é possível refazer este país,
democratizá-los, humanizá-lo, torná-lo sério,
com adolescentes brincando de matar gente,
ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor.
Se a educação sozinha não transformar a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.
(Paulo Freire)*

*Ora direis, tocar estrelas
Só quem esperança é capaz de tocar estrelas,
Mesmo que em mares agitados e noturnos
Esperançai!*

Uma educação humanizadora! Esta é a tarefa e o desejo que nos desafiam, nos motivam e fazem esperar para o próximo período de quatro anos. E fazemos isso em conjunto, trabalhadoras e trabalhadores da educação que somos, vindas e vindos de todas as regiões do estado do Paraná, organizadas e organizados na 8ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato, com o objetivo comum de pensar e lutar pela educação. Foi um processo democrático, amplo, participativo, onde sistematizamos propostas para a melhoria da educação que estão sendo encaminhadas às candidatas e aos candidatos do Paraná ao governo do Estado, ao Senado e ao legislativos estadual e federal, para que venham a se comprometer com nossas agendas pela qualidade da educação, valorização da servidora e servidor público e da própria vida das atuais e novas gerações de paranaenses.

Temos a convicção que a escola pública que queremos é uma conquista e uma construção. E somos sabedores dos desafios e exigências que essa convicção nos impõe, afinal são mais de 75 anos da APP Sindicato na defesa da educação pública e dos(as) educadores(as) paranaenses. Boa parte deste período tem sido de lutas e resistências e que nos levaram a conquistas, à ampliação e consolidação de direitos e de políticas educacionais mais democráticas.

Numa sociedade dividida pela força do capital, em que o Estado Democrático de Direito está sob constante ameaça, fizemos e fazemos a luta e resistimos à retirada dos direitos da classe trabalhadora. Cabe a nós trabalhadoras e trabalhadores da educação trazer à memória e fazer avançar o pacto de melhorias para a Educação Pública estabelecido pela sociedade com a aprovação do Plano Nacional de Educação. Esta 8ª Conferência reafirmou nossas defesas:

- Do Estado Democrático de Direito e da gestão democrática da escola, princípios constitucionais que estão ameaçados pelas atuais políticas federal, estadual e municipais;
- Dos princípios básicos da gestão pública no âmbito educacional, afastando qualquer ofensiva empresarial sobre as escolas das redes estadual e municipais;
- Da universalização da educação básica pública envolvendo, inclusive, as crianças de 0 a 3 anos, com permanência e número de trabalhadoras e trabalhadores suficiente e devidamente qualificados e



appsindicato



appsindicato



appsindicato



appsindicato



Carta-compromisso

Com a Educação

- remunerados, garantindo o caráter público, gratuito, laico e de qualidade deste nível de ensino;
- Do financiamento público estatal e da efetiva utilização dos recursos públicos do Fundeb para o desenvolvimento e valorização da educação pública, em especial de suas e seus educadores, e pelo fim de qualquer investimento público em educação privada, inclusive na forma de conveniamento;
 - Do cumprimento da Lei do Piso (Lei 11.738/2008) em todas as suas exigências salariais de níveis e classes, respeitando-se a destinação da carga horária de 1/3 da efetiva jornada de trabalho, para hora-atividade, as diretrizes de carreira nacional para as e os profissionais de educação e as condições de trabalho como parte do necessário tripé: formação, salário e carreira, que resultará na valorização dessas e desses profissionais, tanto para as redes municipais quanto para a rede estadual;
 - Da efetivação de concursos públicos regulares e processo de valorização de carreira onde há e a implantação nas redes que ainda não possuem, com adequados salários, avanços e progressões, jornada de trabalho e formação adequadas ao tipo de trabalho desenvolvido;
 - Do fim das terceirizações de funcionárias e funcionários da educação, bem como, de professoras e professores das diferentes redes públicas;
 - De um currículo que contemple a necessidade de ampliação dos tempos e espaços escolares e de novas perspectivas que este tempo e os sujeitos escolares anseiam, com a devida estrutura e formação dos(as) profissionais;
 - Do fim do Novo Ensino Médio e da BNCC e do retorno imediato da proposta curricular para o Ensino Médio anterior à Lei 13.415/2017, com abertura de debate a toda sociedade civil e principalmente com as e os trabalhadores da educação, de uma nova proposta para o Ensino Médio, com prevalência das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a Base Nacional Comum Curricular, abolindo a ideia de um currículo mínimo e empobrecido para as maiorias sociais;
 - Da manutenção da isonomia salarial para as trabalhadoras e os trabalhadores aposentados, que muito contribuíram para a educação do povo paranaense durante toda uma vida;
 - Do fim da Emenda Constitucional 45 (reforma da Previdência estadual) que alterou o regime previdenciário das servidoras e servidores da ativa e aposentados, penalizando de forma mais contundente os de menores salários;
 - De um atendimento à saúde que seja efetivamente uma política pública de proteção à vida de quem trabalhou e trabalha no serviço público, algo que hoje nos é negado, pelo sucateamento, insuficiência e precariedade do SAS;
 - De uma educação pública como um direito social em que se reconheça a diversidade e a pluralidade humana e que seja capaz de superar a naturalização da exclusão, da opressão e da violência. Mulheres, negros, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, queer, transgêneros, agêneros, intersexos e pansexuais têm sido alvos, infelizmente, da violência muito comum na sociedade atual e que se generalizou no governo Bolsonaro. Violência que se manifesta nas formas mais cruéis como o homicídio e feminicídio, mas também nas formas simbólicas;
 - De uma escola sem machismo, sem LGBTIQ+fobia e antirracista, em que sejam articuladas ações e políticas públicas educacionais que perpassem as diretrizes curriculares, o conteúdo dos livros





Carta-compromisso

Com a Educação

didáticos e as práticas pedagógicas, promovendo uma educação que reconheça e dê visibilidade às diferenças, no combate à discriminação e ao preconceito;

- Do regime de cotas raciais e sociais que permitam o acesso às Instituições de Ensino Superiores Públicas de grupos histórica e socialmente excluídos.

Nesse sentido, mais do que nunca, nós, delegadas e delegados da 8ª Conferência Estadual da APP-Sindicato, reiteramos nossa defesa de uma Escola Democrática, Crítica e Humana! Envidamos todos os esforços pelo caráter público da educação, pela universalização da escola com qualidade, pelo acesso e construção de conhecimentos, pela capacidade de sonhar, na e pela escola, um mundo melhor. Acreditamos, lutamos e nos organizamos cada vez mais, na construção de uma sociedade emancipada, condição para a verdadeira humanização e solidariedade entre todas e todos.

Com o intuito de reafirmar, na 8ª Conferência, o nosso compromisso de unidade na defesa da educação pública, gratuita, universal, laica e de qualidade social; e de unirmos forças na defesa e construção desta Educação Humanizadora - unidade e força que são as capazes de esperar e criar as condições para as mudanças -, apresentamos esta Carta e solicitamos seu empenho nas defesas aqui listadas. Estes compromissos são fundamentais para se alcançar a escola pública que queremos, como também para avançarmos nas políticas públicas de saúde e moradia, entre outras, e na defesa de um Estado Democrático indutor destas políticas e, assim, reduzir e superar as desigualdades sociais.

Desta forma, eu, _____

_____ candidato(a) a _____ comprometo-me publicamente, durante o processo eleitoral e caso eleito(a) nas eleições deste ano, 2022, a cumprir as propostas e defesas apresentadas nesta carta.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Curitiba, _____ de _____ de 2022.



appsindicato



appsindicato



appsindicato



appsindicato